

O “JOGO DA VIDA”: CIDADE DE ILUSÕES

THE GAME OF LIFE: ILLUSION'S CITY

Caroline Bastos Dantas¹

RESUMO

O presente artigo utiliza a técnica de *storytelling* imbuída de escrivência para demonstrar o quão determinante pode ser o marcador social de raça no quesito mobilidade e ascensão social. Discute-se a relação entre raça e exclusão socioespacial, problematizando o componente racista conformador do Brasil e seus impactos nas políticas de gênero, emprego, moradia e transporte, dentre outras, com o objetivo de desconstruir o ideário meritocrático liberal. A argumentação utilizada na estória se apoia em dados e estudos que demonstram a dependência da trajetória dos negros no Brasil que retroalimenta a institucionalidade vigente. Ao final, se propõe a atuação positiva e efetivamente ativa do Estado na formulação de políticas públicas orientadas pelo critério racial como forma de viabilizar a alteração institucional do cenário de exclusão atual.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Exclusão socioespacial. Periferia. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article uses the technique of storytelling imbued with writing to demonstrate how determining the social marker of race can be in terms of mobility and social ascension. It discusses the relationship between race and socio-spatial exclusion, problematizing Brazil's conforming racist component and its impact on gender, employment, housing and transport policies, among others, with the aim of deconstructing the liberal meritocratic ideology. The argument used in the story is based on data and studies that demonstrate the dependence of the trajectory of black people in Brazil, which feeds back into the current institutions. In the end, it proposes a positive and effectively active role for the state in formulating public policies based on racial criteria as a way of making institutional changes to the current scenario of exclusion possible.

KEYWORDS: Racism; Socio-spatial exclusion; Periphery; Public policies.

¹ Discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/UFMG). Mestre e graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pró-Reitora Acadêmica e Professora no Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM). E-mail: carolinebdantas@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade midiática, pautada por redes sociais e pela reprodução diuturna do ideário meritocrático do liberalismo. Graças aos algoritmos, temos nossos smartphones inundados de trechos de *podcasts* e falas de *influencers* que exaltam o trabalho duro, a dedicação e o empreendedorismo como fontes de sucesso. Fracassar nesse mercado competitivo é sinônimo de preguiça, procrastinação e falta de dedicação. O sucesso é a medida do valor pessoal do sujeito e se mensura por suas realizações ostentadas, com fartos filtros, em plataformas visuais. Nesse cenário, fracasso e pobreza, periferia e insucesso são associados a não adequação à sociedade e causam vergonha e constrangimento aos não vencedores.

No período atual do capitalismo, um dos mecanismos ideológicos utilizado para ocultar a natureza destrutiva do sistema social vigente é responsabilizar, exclusivamente, o indivíduo pelo seu "fracasso" ou pelo "sucesso". Ambos são medidos pela capacidade do sujeito agir de acordo com sua própria essência, ou seja, quanto mais individualista e egoísta ele for, mais estará se adaptando à ordem "natural" das coisas e mais "sucesso" obterá. Ademais, esta cosmovisão individualista (nas palavras de Guareschi, 2005) embute no imaginário popular uma noção sobre "sucesso", que deve ser alcançado a partir do esforço individual, de um sujeito supostamente auto-suficiente (Euzébios Filho; Guzzo, 2009, p. 37).

Não é preciso grandes esforços reflexivos para que se constate que o discurso do “querer é poder” e do “trabalhe enquanto os outros dormem” legitima a exploração e a desigualdade entre os grupos sociais. Para que haja mobilidade social e ascensão econômica da população mais vulnerável é necessário reconstruir as bases de nosso pacto civilizatório e romper o racismo estruturante de nossa sociedade. Nesse ponto, a atuação positiva do Estado é indispensável. Muito se tem discutido, no Direito, acerca dos conceitos de liberdade e de igualdade. Correntes doutrinárias se desdobram aprofundando diversas nuances da adoção de uma perspectiva, ora mais, ora menos liberal ou comunitarista. Esse ideário, marcado por aspectos acadêmicos dissociados na análise de dados concretos, reforça a estratégia de dominação e coloniza o debate que passa a ser mascarado. Com a utilização de “filtros” teóricos, maquia-se a realidade brutal, o abismo social em que nos encontramos no Brasil.

Por isso, neste trabalho optamos por apresentar a pesquisa de forma não convencional. Não nos valem de filtros teóricos já amplamente debatidos entre pesquisadores da área. Singelamente, utilizamos uma estória, baseada em fatos, para escancarar algumas das realidades dos jovens negros periféricos. Essa estória está lastreada na trajetória de vida dos que nela são retratados e na pesquisa dos dados fáticos balizadores de seu desfecho. Para que não haja interrupções na linearidade dos acontecimentos, optamos por apresentar os dados argumentativos como citações,

de modo que o leitor possa, caso queira, num primeiro momento, experimentar o texto apenas sentindo a estória e depois a ele retornar e se permitir alinhar as vidas apresentadas aos dados científicos selecionados. Não temos a pretensão de apresentar a solução ou grandes inovações teorizantes da questão. Esperamos apenas, com tal abordagem, contribuir para que a discussão acadêmica ganhe alguma concretude e possa de fato promover algum impacto no cenário desolador em que esses sujeitos se encontram para alterar as “regras do jogo”.

2 O JOGO DA VIDA

Eram 15 e, pela loteria do Código de Endereçamento Postal - CEP, nasceram no Brasil, na cidade de Belo Horizonte/MG. Se conheceram logo na primeira infância, em região periférica da zona norte chamada “Venda Nova”, composta por diversos bairros.

Distantes do centro da cidade e marcados pela carência de serviços urbanos, esses bairros passaram a utilizar o comércio, os serviços e as áreas de convivência que já existiam na área de ocupação mais antiga, o que fez crescer a importância do núcleo de Venda Nova como centro regional. (...) Essa região sempre esteve muito longe de outros centros, era considerada a periferia da cidade, e acabou se tornando uma referência fundamental para os bairros nascidos ao seu redor. Com o crescimento dessa periferia, um verdadeiro centro regional se desenvolveu a partir das décadas de 1970 e 1980 (Chagas; Arreguy, 2008, p. 24).

Cresceram juntamente com a explosão demográfica da região, alavancada pelos loteamentos clandestinos, quando seus pais, em meados da década de 1970, se enquadraram nos critérios de obtenção de financiamento pelo Banco Nacional da Habitação, extinto BNH, posteriormente sucedido pela Caixa Econômica Federal.

Nessa época, foram construídos diversos conjuntos habitacionais para a população de menor poder aquisitivo, mas a maioria deles não dispunha dos serviços de infraestrutura necessários (Chagas; Arreguy, 2008, p. 24).

Estavam todos umbilicalmente ligados, já que suas mães confiavam a guarda e o cuidado das crianças umas às outras. Moravam como que juntos. Como foi possível que prédios individuais de três andares e nove apartamentos se unissem, mesmo que houvesse um muro que os separasse, não é possível explicar racionalmente. Fato é que se tornou um conjunto habitacional.

A região era nova, os córregos ainda estavam abertos e atravessados por pinguelas, poucas ruas estavam pavimentadas, mas a avenida, assim denominada como rua principal, era calçada e identificada com orgulho como Avenida “B”. Nunca se soube da existência da avenida “A”, mas pouco importa, a “B” era a artéria principal do bairro. Inicialmente, em razão da pouca idade, seus

limites territoriais restringiam-se ao espaço das garagens e dos “quartinhos de despejo” que ficavam no estacionamento dos prédios, um por unidade. Fechá-lo com porta e tranca era responsabilidade do morador que, na escolha de “prioridades alocativas”, ignorava a porta e deixava o espaço para uso e fruição das crianças, para as quais a principal utilidade desses espaços era servir de casa, escola, comércio e qualquer outro estabelecimento urbano. Com cacos de tijolo vermelho, riscavam o piso das garagens e traçavam as ruas, as praças e outros locais da cidade. Nos traçados urbanos recém-desenhados circulavam com “velotrol” e bicicletas. Não se preocupem, a maior parte dos moradores não possuía carros e a “garagem” (como o espaço foi batizado) era, portanto, livre de obstáculos para brincadeiras e fantasias.

Sem sombra de dúvida, a principal brincadeira entre eles se chamava “Cidadezinha”. Para maior fidedignidade, a tal cidadezinha contava com moeda própria. Usavam as notas de dinheiro de jogo de tabuleiro que um deles havia ganhado no natal. As notas eram distribuídas igualmente entre os participantes. A moeda circulava bem, graças às receitas feitas com biscoitos de amido de milho e polvilho, sucos de pacotinho, creche para os filhos bonecos, transporte na garupa da bicicleta e até mesmo um mago, que sabia fazer a leitura de mãos, tinha bola de cristal e adivinhava o futuro.

Em contraponto à fantasia, e dando concretude ao mundo do brincar, aquelas e tantas outras crianças foram e são obrigadas a lançar seus corpos, desejos e sonhos na “Cidadezona”. Começam muito cedo o “jogo da vida real”. Como peças do tabuleiro, seus corpos manifestam avatares. O jogo se inicia com a retirada de uma carta no monte de “sorte ou azar”. Um misto de ansiedade, alegria e medo recai sobre esses pequenos seres. Expectativas maternas, familiares, sociais, culturais. Tudo pesa sobre os frágeis ombros dos que iniciam os primeiros passos no tabuleiro.

A primeira carta retirada determinou: “Você nasceu mulher, preta, em uma família patriarcal. Seu pai agride sua mãe e acredita que a mulher foi feita para casar, ter filhos e viver em função do marido. Sua mãe trabalha como lavadeira das famílias ricas do entorno de sua residência. Por circunstâncias ainda não esclarecidas, sua mãe foi vítima de assassinato quando você tinha 9 anos”. Avatar: “- Maria”.

Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. A publicação demonstra ainda, a tendência de aumento da taxa de homicídios femininos por raça/cor: (...) em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras (Cerqueira *et al.* 2021, p. 38).

A segunda participante retira a carta que afirma: “Você nasceu mulher, branca. Sua mãe tem consciência do machismo em que está inserida e por isso te estimula a romper com o ciclo que ela não rompeu. Ela não trabalha fora de casa e isso gera inúmeros conflitos internos que repercutem em você. Ela procura emprego sem sucesso. Sua casa é financiada na região periférica e suburbana de uma grande cidade.” Avatar: “- Andréia”.

Segundo os dados da PNAD contínua do 3º. Trimestre de 2022, as mulheres correspondem a 55,5% do total da população desocupada contra os 44,5% de homens na mesma condição. Sendo que a faixa de idade de maior desocupação corresponde a idade de 25 a 39 anos (IBGE, 2022a).

A terceira carta foi curta: “Você nasceu homem, branco de olhos claros, filho de pais com ensino superior completo e de classe média alta.” Avatar: “-Pedro”

Segundo dados do IBGE a partir da análise da PNAD Contínua 2020/2021: “Em 2021, o 1% da população brasileira com renda mais alta teve rendimento 38,4 vezes maior que a média dos 50% com as menores remunerações.” Isso se justifica graças ao aumento do índice de Gini que demonstra o aumento da desigualdade e concentração de renda. Segundo a pesquisa do IBGE, o índice de GINI em 2019 era de 0,544 tendo caído para 0,524 em 2020. Em 2021 voltou ao patamar de dois anos antes 0,544. Quanto maior o índice, maior é a desigualdade (IBGE, 2022b).

A última carta trazia: “Você nasceu homem preto. Filho de mãe solteira. Mora com a avó, mãe e tios em uma favela de cidade integrante de região metropolitana de grande centro urbano”. Avatar: “-João”

Segundo o Boletim IBGE de Desigualdades por Raça e Cor no Brasil de 2019, 55,8% da população brasileira é preta ou parda. Porém no total dos 10% de maiores rendimentos no Brasil brancos correspondem a 72,7% contra 27,7% de pretos e pardos. Isso se inverte e aumenta entre os 10% com rendimentos mais baixos: a população preta e parda corresponde a 75,2% dos mais pobres em contraposição a 24,8% de brancos (IBGE, 2019, p 2-3).

Em seguida, os dados foram jogados. Maria caiu na casa em que estava escrito: “Você foi reprovada na escola, retorne para a linha de partida”. Decepcionada, Maria abaixa a cabeça e se move para a linha de partida.

Segundo dados da PNAD Contínua de 2019, mais da metade da população adulta no Brasil não concluiu o ensino médio (51,2%). Finalizaram essa etapa 57% dos brancos contra 41,8% de pretos e pardos, o que demonstra o racismo educacional. Essa PNAD também trouxe as taxas de evasão escolar: das pessoas entre 14 e 29 anos 20,2% não completaram alguma etapa da formação escolar. Dentre os que abandonaram ou nunca frequentaram a escola 71,7% são pretos ou pardos (IBGE, 2020).

Andreia sacode os dados e festeja: caiu na casa em que estava escrito “Parabéns, você ganhou bolsa em uma escola particular! Avance 5 casas”.

O GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da UERJ (Campos, 2021, p. 03) realizou estudo junto às 20 escolas do Brasil com melhor desempenho no ENEM de 2019. Os dados são alarmantes: apenas 10% dos alunos se declaram pretos ou pardos. O Estudo prossegue afirmando que esse padrão se repete na capital de São Paulo e do Rio de Janeiro. “Dentre as dez escolas de mais alto desempenho da capital fluminense, todas privadas, apenas uma apresenta mais de 20% de pretos e pardos”.

Sete das dez escolas da capital do RJ tem percentual igual ou inferior a 3% de pretos e pardos. Em São Paulo, o maior percentual é de um colégio com 13% de pretos e pardos. Uma escola não possui nenhum aluno (0%) declarado preto ou pardo. Seis escolas têm de 1% a 3% de alunos pretos e pardos. As duas escolas restantes têm 7% de alunos negros e pardos (Campos, 2021, p. 18).

Chegou a vez de Pedro, que já bradava a injustiça por ser o terceiro e não o primeiro a jogar. Ao caminhar no tabuleiro, Pedro cai na casa com a seguinte inscrição: “Seu pai foi promovido a diretor da empresa em que trabalha, avance 10 casas”.

O Boletim da Desigualdade por cor e raça no Brasil demonstra o abismo existente entre brancos X pretos e pardos no que se refere a ocupação de cargos de liderança e gestão que são inclusive os cargos de maior remuneração. O contraste é evidente sendo que da totalidade dos cargos gerenciais 68,6% são ocupados por brancos e apenas 29,9% por pretos e pardos. O racismo também se manifesta na taxa de subutilização (soma das populações subocupada por insuficiência de horas, desocupada e força de trabalho potencial). Do total de subutilizados 29% são pretos e pardos contra 18,8% de brancos (IBGE, 2019).

Finalmente o João. Dados lançados. João cai na casa da “Sorte ou azar”. Teve sorte! Feliz e saltitante, retira a carta com os seguintes dizeres: “Você encontrou dinheiro perdido na rua, avance 5 casas”. Não se contendo, João inicia a contagem dos passos, um, dois, três, quatro.... oh não! Que infeliz surpresa.... João caiu na cadeia e terá que ficar uma jogada sem participar.

Dados do SISDEPEN, retirados do 12º. Ciclo do INFOPEN de junho de 2022 e divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN do Ministério da Justiça apontam que o Brasil tem uma população carcerária de 837.443 pessoas. Os jovens entre 18 e 29 anos correspondem a 44,20% dos presos no Brasil. Quando se refere a raça/cor/etnia os pretos e pardos representam mais que o dobro da população encarcerada se comparada aos brancos. Pretos e pardos correspondem a 68,57% dos presos contra 30,28% de brancos (BRASIL, 2022a).

Maria está triste, ainda permanece no início do jogo. “Tenho certeza de que irei recuperar o tempo perdido”, afirma ela. Dados lançados. Não é possível! Caiu novamente na reprovação escolar.... Chora e retorna ao início da partida.

“Andreia é a sua vez, joga logo!!!”, grita Pedro. Andreia se apressa. Exultante, lê o que está escrito na casa sorteada: “Você foi aprovada em uma universidade pública. Avance 5 casas e tome posse de seu imóvel em um bairro de classe média central”.

Em agosto de 2022 a Lei nº 12.711/2012, conhecida como lei de cotas, completou 10 anos inegável avanço no que diz respeito a inclusão nas universidades públicas. Dados divulgados pela ANDIFES a partir da série história obtida junto ao INEP demonstram o crescimento de matrículas da população preta e parda nas universidades públicas. Em 2010 o percentual de matrículas de pretos e pardos era de 42%, em 2014 foi de 48%, em 2018 chegou a 52% e num crescente alcança em 2020 53% de pretos e pardos na universidade pública (ANDIFES, 2022).

É importante, porém problematizar em que cursos esse contingente encontra-se matriculado. Estudo realizado por e publicado na Revista Brasileira de Educação Médica (Souza *et al*, 2020, p. 1-11).

analisou o perfil dos discentes de uma Universidade do Estado do Rio de Janeiro e constatou que 85,2% dos alunos formaram-se na modalidade tradicional de ensino médio e 13% na profissionalizante e ainda que 60,5% dos alunos estudou em escola privada e 35,1% em escola pública. Quanto ao critério de raça/etnia houve ligeiro aumento do percentual de pretos e pardos no corpo discente passando de 26,4% em 2013 para 35,3% em 2017. Entretanto percebe-se que 65,9% dos alunos desta universidade ingressou por ampla concorrência. Entraram por escola pública, renda e raça apenas 6,4% dos estudantes. Já escola pública e raça correspondem a apenas 5,6% dos ingressantes. 1% ingressou combinando o critério racional e deficiência. Com isso o autor, acertadamente, conclui: “Com base nos nossos dados, concluímos que, no caso concreto, o sistema de cotas de acesso à universidade com base na subordinação da categoria raça/cor à classe social apresentou-se falho em incluir não brancos no curso de Medicina analisado, confirmando nossa hipótese. Nossos dados corroboram a independência das duas categorias para que se cumpram os objetivos enunciados pela Lei nº 12.711/2012 concernente à correção de racismo estrutural no acesso ao ensino superior, especialmente a Medicina.” (Souza *et al*, 2020, p. 09).

O Boletim n. 7 de 2020 produzido pelo Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro aponta que a distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos, segundo o nível de ensino escancara a desigualdade e o racismo estrutural ao constatar que 78,8% dos estudantes brancos concluem o ensino superior, esse percentual cai para 55,6% da população negra (FJP, 2020, p. 07)

Pedro já lança os dados e caminha no tabuleiro. Está bem à frente dos demais jogadores. Sente-se orgulhoso: “Sou o melhor”, pensa. Para na casa sorteada onde está escrito: “Parabéns, você concluiu seu curso superior com sucesso e acaba de ser contratado em uma grande empresa de tecnologia. Avance 10 casas e receba as chaves de seu novo apartamento localizado na área mais nobre da cidade em que vive”. Em êxtase, Pedro exclama: “Gente, que luxo! Agora está certo! Comprei meu apartamento novinho! São 5 quartos e 5 vagas! Espaço gourmet, área de lazer completa, varanda com churrasqueira”.

Estudo realizado pelo LABCidades da USP demonstra que a verticalização em São Paulo é branca em sua essência e não contribui para a inclusão da população preta e parda. Constata que, as áreas dotadas de melhor infraestrutura são ocupadas por uma população majoritariamente branca, de renda média e alta. A população negra em residências verticais está localizada em prédios construídos na periferia em razão de programas habitacionais. Isso escancara a falácia das políticas habitacionais que tendem a defender

o adensamento populacional com aumento de potencial construtivo em regiões centrais ou dotadas de infraestrutura.

Segundo o levantamento do LABCidades essa verticalização atende exclusivamente aos brancos e reforça a segregação. Daí a importância de se pensar políticas de moradia social de caráter compulsório e estatal antirracistas e de fato inclusivas (LABCidades, 2021).

É a vez do João. Dados lançados e caminha no tabuleiro. Infelizmente, como passou por toda a lateral da escolaridade do jogo sem concluir os estudos, o quadrado sorteado diz: “Você não concluiu os estudos, trabalha como “chapista” de caminhão, auxiliando na descarga de produtos na central de abastecimento local. Eventualmente, realiza bicos recolhendo e vendendo material reciclável pelas ruas da cidade. Reside em uma favela próxima da região central, na qual o tráfico, a violência e a truculência policial contribuem para ausência de bem-estar de seus moradores”. João desanima: “Não posso retornar para concluir os estudos, é a regra do jogo, impossível não obedecer”, murmura em voz alta.

Segundo dados do IBGE, PNAD contínua, os negros são não apenas a maior parte da população desocupada, subutilizada como também a maioria dos trabalhadores informais no Brasil. O percentual de mulheres negras trabalhando na informalidade em julho de 2020 era de 39,3% enquanto que o percentual de mulheres brancas era de 29,2%. Quanto aos homens 41,9% dos homens negros estavam na informalidade contra 32,2% de homens brancos (Silva; Silva, 2021, p. 46).

Maria já pensa em desistir... Afinal, ainda está na linha de partida. Com os olhos marejados solta os dados e, novamente, cai na casa da reprovação escolar. Não contém o choro. Soluça descontroladamente. A sensação de impotência, inadequação e insuficiência tomam conta dela: “Sou um fracasso!”.

“Calma, Maria!”, ela ouve ao ser alertada pelos colegas que, segundo as regras do jogo, quando se cai três vezes nesta casa é possível tirar uma carta de “sorte ou azar”. A esperança renasce, Maria se anima. Será dessa vez que seguirei adiante? Lê a carta em voz alta: “Você engravidou na adolescência e o pai da criança os abandonou. Com isso, você abandonou a escola e começou a trabalhar como empregada doméstica para prover seu sustento e de seu filho. Avance até a favela da periferia mais próxima”.

O Relatório “Por ser menina no Brasil” da Plan Internacional de 2021 traz uma análise comparativa entre Estados de Amazonas, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os resultados apontam para o fato de 18,2% das meninas abandonarem os estudos. Dentre os motivos elencados estão a pandemia de COVID-19 (19,3%), perder a vontade (17,6%), necessidade de ajudar nos afazeres domésticos (7,9%) e gravidez ou filho (4,9%) (PLAN Internacional, 2021, p. 92).

Maria sente algo estranho, um misto de tristeza e ao mesmo tempo de alegria. Claro que não gostou do que houve, mas sentiu um certo alívio de afinal avançar. Saiu da linha de partida. Agora tem sua história e enredo.

A pesquisadora Aline de Carvalho Martins publicou obra denominada “Gravidez na adolescência, entre fatos e estereótipos” lançado pela editora da Fiocruz, em entrevista Aline afirma que: segundo levantamento da FEBASGO (federação brasileira de associações de ginecologia e obstetrícia) houve uma queda de 32,7% dos casos de gravidez na adolescência no Brasil no período compreendido entre 2000 e 2019. Entretanto, se a análise dos dados do Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc/DataSUS) mostra que 2018 a 2020 houve uma queda de 10% no número de gravidez em adolescentes, esse percentual foi de apenas 3,5% entre as meninas negras dos 5 maiores estados das regiões do Brasil. Mais ainda, em 2020: “ 62,74% das gestações de mães adolescentes eram de jovens negras, diante de 36,52% de gestações de jovens brancas, 0,38% de amarelas e 0,36% de indígenas.” (Gênero Número, 2021).

E o jogo prossegue. Andreia cai agora na casa que diz: “Você foi aprovada em concurso público, casou-se com um homem branco e moram em um condomínio fechado do município vizinho. Seus filhos nasceram com saúde e estudam em boas escolas particulares. Vocês viajam pelo mundo e têm amplo acesso à cultura e lazer”. Porém, Andreia sentiu uma pequena frustração: “Com isso, você não pode concluir sua pós-graduação, nem convive muito com amigos, já que a rotina de acompanhamento dos filhos e os cuidados da casa consomem todo o seu tempo livre”. Essa parte ela não leu em voz alta. Guarda para si e olha com inveja para Pedro.

De acordo com os dados do perfil sociodemográfico dos magistrados, divulgado em 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ até 1990 as mulheres representavam 25% dos membros do Judiciário brasileiro. Após 2011 passaram a representar 37% da carreira. Quanto à raça e etnia 81% das juízas são brancas e apenas 18% pretas e pardas. Quanto aos homens a situação é a de 75% de brancos e 24% de pretos e pardos. Os Estados com maior contingente de negros entre juizes são Piauí, Sergipe, Bahia Maranhão e Pará respectivamente. Já os com menor percentual de juizes negros são Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, nesta ordem. No cômputo geral, 80% dos magistrados são brancos e apenas 18% são pretos e pardos (CNJ, 2019, p. 14).

Pedro, por sua vez, pula de alegria com a casa sorteada: “Você saiu do Brasil, mora na Califórnia e fundou uma empresa própria. É proprietário de diversos carros de luxo e imóveis no Brasil. Ostenta em redes sociais e investe no mercado de capitais e criptomoedas”.

A pandemia agravou o quadro do racismo estrutural. Isso se reflete nos números de empreendedorismo divulgados pelo SEBRAE. Em 2018, antes, portanto do Corona vírus, 71,5% dos brancos empreendedores vislumbrando oportunidades, esse número entre os negros era de 55,5%. Em 2021 esses números passaram a ser de 55,5% e 46,5% respectivamente. Quanto a empreender por necessidade temos o aumento de brancos passando de 28,5% para 44,5% e de negros passando 44,5% para 51,3%. Em que pese o crescimento expressivo de brancos que passaram a empreender por necessidade, os negros ainda estão à frente neste cenário. Brancos continuam empreendendo por

oportunidade, enquanto negros persistem em empreender por necessidade (SEBRAE, 2020).

E João? No jogo da vida, João foi acusado de envolvimento com o tráfico de drogas, foi preso outra vez e, por fim assassinado. Segundo a polícia, foi homicídio praticado por outros traficantes que disputavam o território, mas ao que consta, segundo moradores, foi executado aos 24 anos, sumariamente em operação policial.

Segundo dados do Boletim do Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro, a relação entre as mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil entre 2017 e 2018 assim se estabelece: 55% da população abordada é preta e parda, contra 44,2% de brancos. Já a taxa de letalidade reflete ainda mais a desigualdade: 75,4% de negros e contra 24,4% de brancos (FJP, 2020).

De acordo com o estudo “Violência Armada e Racismo: O Papel da arma de fogo na Desigualdade Racial” do Instituto Sou da Paz, publicado em 2022, o índice de assassinatos por 100 mil habitantes em 2020 no país entre negros foi de 51, já entre não negros, taxa foi de 14,6, isso faz com que a taxa de homicídios de negros no Brasil seja 4 vezes maior que a de não negros. O estudo foi feito com base no levantamento de homicídios decorrentes de arma de fogo registrados em 20 regiões metropolitanas e sete capitais do país. Segundo o estudo: “os homens são historicamente o grupo mais afetado pela violência armada (94% do total das vítimas em 2020) e com forte desigualdade racial (81% deles negros)” (Sou da Paz, 2022, p.07)

Maria não quer parar, não desiste! Jogou os dados e caiu na casa desejada: “Você conseguiu concluir seus estudos na Escola de Jovens e Adultos - EJA e se matriculou em um curso de Tecnologia em Recursos Humanos – RH na modalidade EaD. Após a conclusão do curso conseguiu um emprego na área. Com um financiamento do “Minha Casa, Minha Vida”, está morando com seu filho e seu marido em um condomínio de 800 unidades na periferia de Lagoa Santa, cidade da região metropolitana de BH. Todos os dias se desloca para trabalhar em Belo Horizonte em um trajeto que demora 2 horas para ir e 2 horas para voltar. Parabéns pelas conquistas!”.

Segundo o INEP com base nos dados do Censo da Educação Escolar de 2020, a EJA comporta alunos em sua maioria com menos de 30 anos, sendo homens a maioria (56,8%). Interessante dentre os alunos com mais de 30 anos o percentual de mulheres predomina, são 59% do total. No que se refere a cor e raça: “. Pretos e pardos representam 74,9% do EJA fundamental e 68,1% do EJA médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 23,0% do EJA fundamental e 30,7% do EJA médio” (INEP, 2020, p. 30).

O tempo esgotado, as casas do tabuleiro foram preenchidas, cartas distribuídas e o jogo é finalizado. “Estranha sensação a de não se saber vencedor”, pensam os agora adultos jogadores.

3 CONCLUSÃO

Essa história poderia ser real e, em parte, realmente é. Por óbvio que as nuances e desdobramentos do “jogo na vida real” são infinitamente mais complexos que o exposto aqui. Contudo, é relevante verificar que nesse “jogo” a cor da pele é marcador social determinante na retirada das cartas de “sorte e azar” e nas casas escolhidas “aleatoriamente” pelos dados no caminho.

Impossível não constatar que as histórias aqui contadas acompanham e refletem a dependência da trajetória dos negros e negras no Brasil. A ocupação territorial brasileira é resultado disso e determina os lugares e espaços aceitáveis para preto(a)s e pardo(a)s. A população negra possui seus direitos violados de forma sistemática e reiterada, conforme demonstrado nos dados apresentados.

A dependência da trajetória assegura o racismo estrutural sobre a qual o país está assentado. Por certo que não ocorre de modo natural ou espontâneo. A exclusão e o racismo são retroalimentados pelas Instituições como forma de manutenção do poder e garantia de estabilidade da ordem política e econômica em vigor. Não há neutralidade estatal. Percebe-se, de pronto, a institucionalização da política daqueles que se apropriam do Estado, seja por meio de produção normativa, seja por sua aplicação ou na atuação no judiciário assegurando o *locus* privilegiado da branquitude em oposição à ação deliberada de exclusão, dominação e eliminação da população negra.

A solução para a alteração do “tabuleiro do jogo da vida” é complexa e exige o expurgo de filtros acadêmicos que abordam a questão sob a ótica meramente econômica-social. As análises raciais são componentes indispensáveis na construção de políticas públicas. Saneamento, moradia, educação, saúde, emprego, transporte e todas as demais políticas efetivadoras de direitos sociais devem ser pautadas pelo critério racial, de modo a condicionar as escolhas políticas do legislador, a discricionariedade administrativa e a proporcionalidade das decisões judiciais. Se a questão racial é componente estruturante de nossa atual sociedade, e neste ponto a doutrina é uníssona, é a partir dela que se deve implodir aquilo que se entende como injusto e opressor.

Reconhecer que o Brasil se constrói sob passado escravocrata e que perpetua o racismo como forma de manutenção do *status quo* é apenas o primeiro passo para que se possa romper com essa trajetória e com a institucionalidade de privilégios da branquitude. Muito para além disso, a questão racial deve estar entrelaçada e imbricada em toda e qualquer construção e execução de política pública, não apenas como um recorte, mas como algo indispensável à sua execução. Rotular a questão racial como pauta identitária é estabelecer filtro teórico capaz de maquiar a brutalidade

do racismo no Brasil. O critério racial deve ser ordenador da reconstrução de nosso pacto civilizatório, associado à retirada e supressão de privilégios brancos ainda conformadores das ações estatais. Pensar em Direitos Humanos no Brasil é, necessariamente, pensar na efetivação de direitos civis e sociais para negros e negras que vivem neste país. É passada a hora de “virar a mesa” ou iremos continuar brincando do “jogo da vida real” e, neste caso, não se podendo dizer se a falácia está no “jogo” ou na “vida real”, já que está em ambos e em nós mesmos, pesquisadores e pesquisadoras dedicados às análises de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Lei de Cotas completa uma década ampliando diversidade e inclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior**. 29 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=93929>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN **12º Ciclo - INFOPEN Nacional. 2022a**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen> Acesso em: : 10 dez. 2022.

CAMPOS, Luiz Augusto et al. GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Desigualdade Racial nas Escolas Privadas de Alto Desempenho**. Boletim GEMAA n. 09/ 2021 Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/05/Desigualdade-racial-nas-escolas-privadas-de-alto-desempenho-v2-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* RASIL. **Atlas da Violência 2021**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. — São Paulo: FBSP, 2021.

CHAGAS, Cintia Aparecida. ARREGUY, Raphael Rajão Ribeiro. (Coord). **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Venda Nova** - Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/VendaNovaCompleto.pdf Acesso em: 10 dez. 2022.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça: **Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros 2018**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a18da313c6fdcb6f364789672b64fcef_c948e694435a52768cbc00bda1979a3.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

EUZEBIOS FILHO, Antonio. GUZZO, Raquel Souza Lobo. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, Volume: 21, Número: 1, UFPE: 2009.

FJP – Fundação João Pinheiro; CORECON – Conselho Regional de Economia de MG. OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES: **Falando sobre Racismo**: Alguns apontamentos acerca das desigualdades raciais no Brasil. Boletim N°7, fevereiro de 2020.

GENERO NUMERO. GUIMARÃES, Agnes Sofia. **Gravidez na adolescência diminui, mas entre meninas negras a queda é de apenas 3,5% em três anos**. 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media>> Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/meninas-negras-gravidez-adolescencia/> Acesso em: 10 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Informativo. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE Notícias. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – PNADC/T**. 3º trimestre 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 10 dez. 2022

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE Notícias. **PNAD Contínua**. Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012. 18/07/2022b. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20\(10\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20(10)%20pelo%20IBGE). Acesso em: 10 dez. 2022

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico** [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p. : il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência Armada e Racismo**: O Papel da Arma de Fogo na Desigualdade Racial. 2ª Edição. 2022. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/mobilizar/sistema-de-justica-criminal-e-seguranca-publica/participacao-no-debate-publico/controle-de-armas/?show=documentos#7225-3> Acesso em: 10 dez. 2022.

LABCidade. **A verticalização de mercado em São Paulo é branca**. USP/FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo . 6 de dezembro de 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/a-verticalizacao-de-mercado-em-sao-paulo-e-branca/> Acesso em: 10 dez. 2022.

PLAN Internacional. **Por ser menina**. 2021. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-por-ser-menina-final.pdf> Acesso em: 10 dez. 2022.

SEBRAE. Agência Sebrae de Notícias, Rio Grande do Norte, **Empreendedores negros são maioria entre pequenos negócios do Rio Grande do Norte**. 28/11/2022. Disponível em: <https://rn.agenciasebrae.com.br/2022/11/28/empreendedores-negros-sao-maioria-entre-pequenos-negocios-do-rio-grande-do-norte/> Acesso em 11 dez. 2022.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. **Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19**. Boletim de Análise Político-Institucional | n. 26 | Mar. 2021. p. 45-54.

SOU DA PAZ, Instituto. **Violência Armanda e Racismo: O papel da arma de fogo na desigualdade racial**. 2ª Ed. 2021.

SOUZA, Pedro Gomes Almeida de; PORTO, Ana Carolina Carvalho de Araújo; SOUZA, Amanda de; SILVA JUNIOR, Alúcio Gomes da; BORGES, Fabiano Tonaco. Perfil Socioeconômico e Racial de Estudantes de Medicina em uma Universidade Pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Médicos**. 44 (03). 2020.

Enviado em: 31/05/2023

Aceito em: 28/08/2023